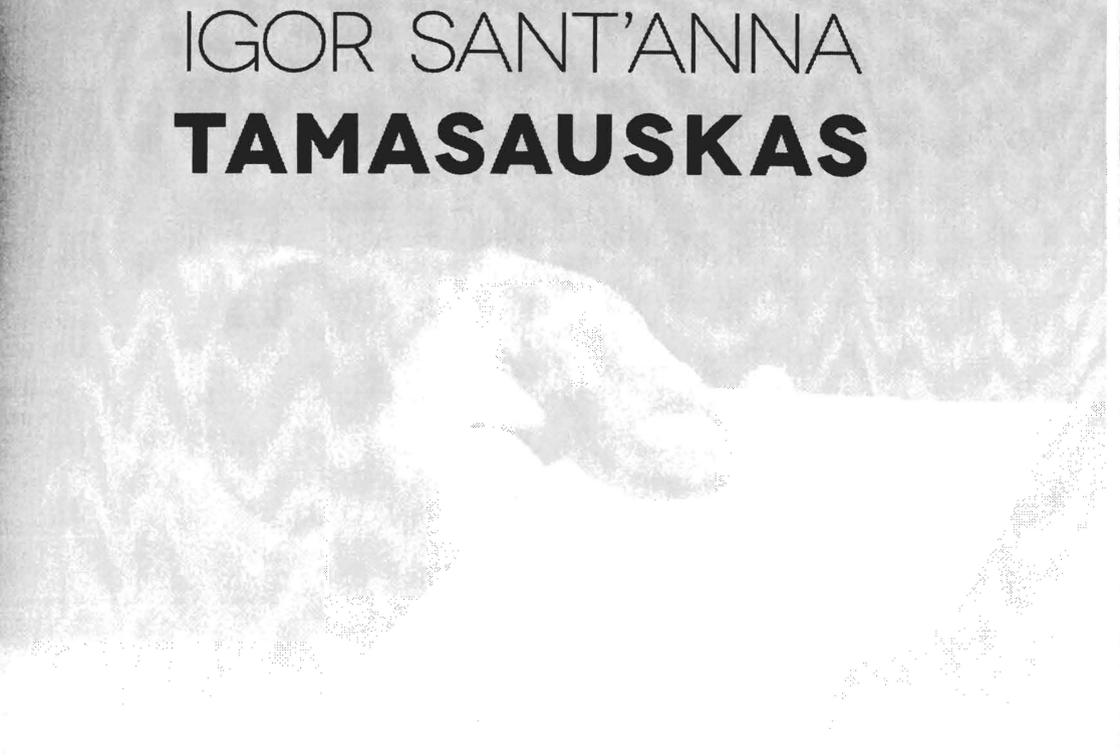


IGOR SANT'ANNA
TAMASAUSKAS



CORRUPÇÃO
POLÍTICA

*Análise, problematização e proposta
para o seu enfrentamento*

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	5
APRESENTAÇÃO	7
1. Introdução	13
2. Problematização do estudo sobre corrupção política	17
3. Direito a um “bom governo”	19
3.1. Cenário histórico brasileiro	27
3.2. Estudo de caso: esquema “PC Farias”	33
4. A importância do enfrentamento da corrupção para o exercício da representação política	41
4.1. Corrupção administrativa	48
4.2. Corrupção política	53
4.3. Contexto internacional sobre a prevenção do ato de corrupção	57
4.4. Desafios inerentes ao combate ao ato de corrupção	62
5. Elementos políticos para o enfrentamento da corrupção: a responsabilidade política	67
5.1. ‘Elementos e características de uma responsabilidade política	70
5.2. Transparência como resultado da responsabilidade política	77
5.3. Contexto não jurídico de atuação	80
5.4. Vícios da responsabilidade política no contexto brasileiro	82
5.5. Reforço da democracia partidária?	86
5.6. Relação entre mídia e grupos políticos e econômicos	89
5.7. Estudo de caso	91
6. Elementos jurídicos para o enfrentamento da corrupção (administrativo, judicial civil e criminal)	95
6.1. Microsistema processual de defesa da moralidade	95
6.1.1. Ação popular e reparação do <i>status quo</i>	98
6.1.2. Ação civil pública	102

6.1.3.	Ação de improbidade administrativa.....	104
6.2.	Lei anticorrupção.....	107
6.3.	Outros processos administrativos sancionatórios.....	110
6.4.	Notas sobre a persecução criminal do ato de corrupção <i>latu sensu</i>	111
6.5.	Disposições comuns ao enfrentamento jurídico do ato de corrupção	114
6.5.1.	Garantias fundamentais e Estado Democrático de Direito ...	115
6.5.2.	Garantias fundamentais como limite à ação do Estado.....	119
6.5.3.	Interpretação restritiva em matéria sancionatória.....	120
6.5.4.	Cláusula da ampla defesa em processos administrativos e judiciais	121
6.5.5.	A exceção da responsabilidade objetiva da Lei Anticorrupção	123
6.6.	Estudo de caso	125
7.	A corrupção política: hipótese de sobrecarga dos instrumentos jurídicos de responsabilização por atos de corrupção no Brasil	131
7.1.	Alternativas para lidar com o problema de <i>lege lata</i>	136
7.2.	Alternativas para lidar com o problema de <i>lege ferenda</i>	140
8.	Conclusões	143
9.	Apêndices	147
9.1.	Responsabilidade política quanto ao cumprimento de programa eleitoral.....	147
9.2.	Configuração de uma lei de responsabilidade política	159
9.3.	Atuação do direito como estímulo ao exercício da responsabilidade política.....	170
10.	Bibliografia	173